

## O Jubileu e o Caminho Sinodal no Primeiro Testamento

Dom Andherson Franklin Lustoza de Souza<sup>1</sup>

O Ano Jubilar aprofunda as suas raízes na tradição hebraica, em suas festas, nos seus costumes e experiências religiosas. Assim, para bem compreendermos o significado do Jubileu, devemos partir de uma reflexão etimológica do termo que é diretamente ligado ao vocábulo “jobel”. Que além de significar jubileu também indicava a trombeta utilizada para anunciar o início de grandes festividades, principalmente, das que ocorriam em anos particulares. O ano ritual jubilar tinha início no décimo dia do mês de outono de Tishri, correspondente aos nossos meses de setembro e outubro; quando também acontece a festa do Kippur, que é o dia da expiação, ocasião propícia e santa na qual todos pedem ao Senhor o perdão de seus pecados e o dom da reconciliação.

O capítulo vinte e cinco do livro do Levítico é o principal ponto de referência para se compreender o ano jubilar, que deveria ocorrer a cada sete anos. Nele, encontramos ainda, de forma detalhada, as normas e indicações de todas as celebrações que deveriam ocorrer no Templo de Jerusalém. O intuito principal Desse capítulo do livro do Levítico é o de confirmar o domínio absoluto de Deus sobre a terra santa, oferecendo ao povo o entendimento de que a mesma é dom e fruto da bondade divina.

### O dom da terra para todos

No ano jubilar, a terra deveria repousar como se fosse um “shabbat” que durasse o ano inteiro e o que nascesse, de forma espontânea, nesse período, deveria ser destinado às pessoas mais frágeis e aos que mais precisavam: os estrangeiros, as viúvas, os órfãos, enfim, os empobrecidos (Lv 25,2-17). Essa norma e indicação religiosa, já em seu contexto e seu tempo, trazia em si algo de totalmente novo e revolucionário, que também hoje seria recebido como uma grande mudança na compreensão da posse da terra. Esta postura, diante da terra, é luminosa, pois, indica que ninguém deveria se sentir dono da mesma e esta jamais poderia ser “utilizada” fora dos limites ou dos parâmetros indicados pelo próprio Deus. Ainda, a proibição divina de cultivá-la, no ano jubilar, revela que o proprietário originário da terra é o próprio Deus, e ela e os seus frutos são dons de sua bondade oferecidos a todos os seus filhos e filhas.

Um outro aspecto importante do ano jubilar é o resgate e a restituição da própria terra, visto que o entendimento era de que esta não pertencia a um único indivíduo, mas era confiada a uma tribo ou clã que se encontrava num determinado território. Ao longo do ano jubilar, como ideal, toda a terra deveria

---

<sup>1</sup> Bispo auxiliar de Vitória-ES e membro da Comissão para a Animação Bíblico-Catequética da CNBB

voltar a ser confiada à mesma tribo que a recebeu no momento da conquista de Canã (Jz 13 – 21). Esta indicação da restituição da terra tinha o intuito de retomar e indicar o caminho da justiça, da solidariedade e da fraternidade. Isto porque ninguém deveria tomar para si o direito da posse privada da terra, pois esta e todos os seus frutos deveriam ser colocados em comum, na certeza **de** que tinham sido doados por Deus à humanidade, aos seus filhos e filhas, como sinal de seu amor divino (Lv 25,23-34).

Esta norma nos ajuda a compreender a importância da destinação comum dos bens, do redimensionamento da busca e da ânsia pelo poder, bem como da sede desmesurada de lucro a todo o custo. Pois nós somos os depositários, os usuários e os locatários e esta é a primeira e mais profunda mensagem proclamada nesta norma complexa, essencial e misteriosa do ano sabático do Jubileu, algo que o Papa Francisco já indica na Carta Encíclica *Laudato Si* (LS 93), quando retoma esse conceito:

“Hoje, crentes e não-crentes estão de acordo que a terra é, essencialmente, uma herança comum, cujos frutos devem beneficiar a todos. Para os crentes, isto torna-se uma questão de fidelidade ao Criador, porque Deus criou o mundo para todos. Por conseguinte, toda a abordagem ecológica deve integrar uma perspectiva social que tenha em conta os direitos fundamentais dos mais desfavorecidos. O princípio da subordinação da propriedade privada ao destino universal dos bens e, consequentemente, o direito universal ao seu uso é uma “regra de ouro” do comportamento social e o «primeiro princípio de toda a ordem ético-social». [71] A tradição cristã nunca reconheceu como absoluto ou intocável o direito à propriedade privada e salientou a função social de qualquer forma de propriedade privada. São João Paulo II lembrou esta doutrina, com grande ênfase, dizendo que “Deus deu a terra a todo o gênero humano, para que ela sustente todos os seus membros, *sem excluir nem privilegiar ninguém*”. [72] São palavras densas e fortes. Insistiu que “não seria verdadeiramente digno do homem, um tipo de desenvolvimento que não respeitasse e promovesse os direitos humanos, pessoais e sociais, econômicos e políticos, incluindo os direitos das nações e dos povos”. [73] Com grande clareza, explicou que “a Igreja defende, sim, o legítimo direito à propriedade privada, mas ensina, com não menor clareza, que sobre toda a propriedade particular pesa sempre uma hipoteca social, para que os bens sirvam ao destino geral que Deus lhes deu”. [74] Por isso, afirma que “não é segundo o desígnio de Deus gerir este dom de modo tal que os seus benefícios aproveitem só a alguns poucos”. [75] Isto põe seriamente em discussão os hábitos injustos duma parte da humanidade. [76]”

### **O perdão e a libertação**

Um outro importante aspecto do ano jubilar, descrito no livro do Levítico, era a libertação dos que eram escravizados, algo que se encontra também presente no livro do profeta Ezequiel. O autor italiano Gianfranco Ravasi reflete que o livro do profeta Ezequiel indica o ano jubilar como devendo oferecer a possibilidade de libertação dos que foram escravizados, devido às necessidades que vivenciaram. Estes que buscavam sobreviver à miséria e à fome, ofereciam-se a si mesmos como escravos, muitas vezes para pagarem as suas próprias dívidas.

No ano jubilar todos deveriam ter suas dívidas canceladas e a sua liberdade garantida, a fim de que pudessem ter o direito de retornarem à sua casa e família. E com a possibilidade de retomarem as suas terras com todos os seus débitos pagos, e ainda deveriam ser reconhecidos, por todos, como homens e mulheres livres. Isto tudo como uma memória atualizada da liberdade que o Senhor lhes ofereceu quando os retirou da escravidão do Egito, momento no qual foram discriminados, escravizados e privados de sua liberdade em todos os seus aspectos, inclusive, religioso. Esta proposta ideal era cultivada no intuito de criar uma consciência comunitária profunda, marcada por laços de fraternidade e solidariedade, rompendo com os grilhões da exclusão e da expropriação de direitos e de vida plena (Lv 25,35-55).

É importante reconhecer que ao longo de sua história o Povo de Deus reconhece que os anos jubilares eram ocasiões propícias para uma profunda reflexão sobre os parâmetros sociais, humanos éticos e morais, não somente religiosos e rituais. A ocasião celebrativa do ano jubilar deveria impactar diretamente na formação da própria sociedade, chamada a rever os seus passos e acertar o rumo, sempre iluminada pela Lei divina. Este aspecto é muito significativo e deve nos ajudar a celebrar e vivenciar bem o ano jubilar de 2025, no intuito de alargarmos os horizontes para muito além do universo litúrgico e ritual, e, com olhos iluminados pela Esperança, pensarmos juntos, de forma sinodal, um tempo novo de justiça, fraternidade e paz.

### **Peregrinos de esperança no caminho sinodal**

A reflexão sobre o Caminho Sinodal dentro do contexto do Ano Jubilar é extremamente pertinente, pois pode favorecer o modo como celebramos a experiência jubilar como sendo ocasião para refazermos os laços de comunhão e sinodalidade, algo que já está presente no Primeiro Testamento.

A experiência do Êxodo é fundante e essencial para compreendermos a identidade religiosa de Israel e o modo como o povo sempre se percebeu acompanhado por Deus, ao longo de sua história. De fato, Deus confia a Moisés a missão de ir libertar o seu povo, que por sua vez, antes de responder positivamente ao que lhe fora apresentado, pergunta a Deus qual seria o seu nome: *“Quando eu for aos Israelitas e disser: O Deus de vossos pais me enviou até vós; e me perguntarem: Qual é o seu nome? Que direi?”* (Ex 3,13). A questão de fundo na pergunta de Moisés sobre o nome de Deus diz respeito ao seu significado e o que ele indica, isto é, a forma como Deus se revela e estará junto àquele que envia em seu próprio nome, e também a forma como agirá com o povo que deseja libertar e conduzir.

A resposta de Deus a Moisés é a seguinte: *“Eu Sou Aquele que é”*. Disse mais: *“Assim dirás aos Israelitas: Eu Sou me enviou até vós”* (Ex 3,14). Este foi o nome de Deus revelado a Moisés, expressão clara de Sua

identidade, Seu projeto e de Seu desejo de comunhão com o seu povo eleito, ou seja, a forma como o próprio Deus está no meio do seu povo e com ele caminha.

Deus toma a palavra e se apresenta, antes mesmo de revelar o Seu Nome: *“Eu vi, eu vi a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvi seu grito por causa de seus opressores: pois eu conheço as suas angústias. Por isso desci a fim de libertá-lo da mão dos egípcios e para fazê-lo subir desta terra para uma terra boa e vasta”* (Ex 3,7-8). Nas palavras de Deus, reconhecemos que Ele não se apresenta de forma estática, mas dinâmica, totalmente envolvido, atento às realidades de seu povo, decidido a libertá-lo, caminhar com ele e conduzi-lo para a terra prometida.

Deus, ao falar sobre o seu projeto libertador com Moisés, antes mesmo de lhe revelar o Seu Nome, apresenta-se próximo e atento às duras realidades que o povo enfrentava. Desse modo, o nome de Deus, em sua tradução mais própria seria: *“Eu Sou Aquele que estou e sempre estarei com vocês”*, numa indicação luminosa de que é Deus quem, em primeiro lugar, se propõe a caminhar com o seu povo. Vale notar que esta afirmação, reveladora do desejo de Deus de caminhar com o seu povo, é retomada, por três vezes, no Livro do Apocalipse: *“Aquele-que-é, Aquele-que-era e Aquele-que-vem”* (Ap 1,4.8; 4,8), numa clara indicação de que a presença, a ação e o desejo de Deus de “caminhar” com o seu povo são os mesmos, desde a travessia iniciada no Êxodo até alcançar toda a história passada, presente e futura.

## **PARA REFLEXÃO NOS GRUPOS**

Partindo da reflexão proposta e da leitura do texto, quais elementos poderiam nos ajudar no discernimento diante dos desafios e urgência de nossa Comissão para o próximo ano e para uma fecunda vivência do ano Jubilar?